

Coluna do Castello

A história do golpe que não houve

O fantasma do golpe militar foi um privilegiado eleitor da manutenção do presidencialismo como sistema de governo e da fixação em cinco anos do mandato dos próximos e, certamente, do atual presidente da República. Ele serviu ao objetivo de Sarney de se manter formalmente no poder e dele se serviu o governo para afastar o risco a curto prazo de uma possível eleição para presidente do ex-governador Leonel Brizola.

No início da semana passada, o fantasma do golpe foi introduzido no gabinete presidencial por dois ministros militares. Eles tiveram uma conversa dura e definitiva com Sarney. Analisaram, longamente, o quadro de dificuldades que o país enfrenta e a correlação de forças na Constituinte às vésperas da votação do sistema de governo e da extensão do mandato presidencial.

Foram enfáticos em descartar a possibilidade da adoção do parlamentarismo acompanhado da eleição de um novo presidente em novembro próximo. O atual Congresso, segundo eles, não estava preparado para governar, nem tem delegação popular para isso. Logo, não haveria cabimento em trocar o sistema presidencialista de governo pelo parlamentarismo que já não dera certo em 1961.

O receituário a ser aplicado para conter a crise econômica e conjurar a hipótese de uma convulsão social poderia favorecer a eleição de Brizola se o mandato de Sarney fosse encurtado para quatro anos. Se a Constituinte decidisse pela eleição presidencial daqui a menos de oito meses, a saída que restaria aos militares seria a de promover uma intervenção que eles mesmos não desejavam.

Assumiria o poder uma Junta Militar que, por um prazo de 120 dias, garantiria a execução de medidas amargas para domar a crise econômica. Depois disso, convocaria eleições gerais no país, dando posse a qualquer presidente que fosse eleito. Se o povo escolhesse Brizola, a responsabilidade por isso seria dele, não dos militares, que se sentem responsáveis pela posse de Sarney e comprometidos com o seu governo.

O discurso presidencial da quarta-feira no Rio de Janeiro para uma atenta platéia de oficiais da Marinha teve ligação direta com a conversa travada por Sarney com os dois ministros militares. Ela também ajuda a explicar o recado que o ministro Paulo Brossard deu aos presidentes de partidos reunidos por ele na manhã da sexta-feira. Sarney renunciaria ao cargo se a Constituinte lhe desse o mandato de quatro anos.

A fórmula do parlamentarismo com cinco anos surgiu dentro do PMDB porque algumas de suas lideranças foram informadas sobre a ameaça de golpe. Em certo momento, a fórmula foi abençoada pelo ministro do Exército, mas logo depois desprezada porque não havia segurança em torno de sua aprovação. O senador José Richa se empenhou em convencer o senador Mário Covas a aceitá-la. Em vão.

Richa tentou atrair Ulysses para apoiar abertamente o parlamentarismo com cinco anos. Também em vão. Ulysses temeu adotar a fórmula e ver, mais tarde, o mandato de cinco anos derrotado. Observou, de resto, que a ela oferecia resistência um amplo setor do governo. A falência do acordo que chegou a prosperar dentro e fora do PMDB fortaleceu o fantasma do golpe e levou a maioria dos governadores a atuarem em favor do presidencialismo com cinco anos.

O governador Miguel Arraes teve notícias sobre o fantasma em encontros que manteve em Brasília com Ulysses e com o ministro do Exército. O governador Moreira Franco soube que o fantasma frequentou algumas reuniões ocorridas em sua própria jurisdição. De fato, Mário Amato, presidente da Federação das Indústrias de São Paulo, e mais dois empresários importantes, um deles do Rio de Janeiro, procuraram, separadamente, o ex-presidente Ernesto Geisel.

Discutiram com ele a inevitabilidade de uma intervenção militar caso a Constituinte aprovasse o mandato de quatro anos para Sarney. Sugeriram que ele, Geisel, talvez fosse obrigado a retornar ao poder para pôr o país em ordem. O ex-presidente descartou a via do golpe. Argumentou que construiu sua biografia como o homem da abertura política e que não iria tísna-la com uma ação que interrompesse o processo de redemocratização.

Ao ministro Aureliano Chaves, que o visitou na semana passada, Geisel manifestou, entretanto, seu receio com a hipótese de a intervenção se tornar necessária. Os jornalistas credenciados no Ministério do Exército souberam da existência do fantasma do golpe militar através do general Olavo Guimarães, chefe do Centro de Comunicação Social e porta-voz do ministro Leônidas Pires Gonçalves.

Eleições presidenciais este ano, segundo o general, perturbariam a lei e a ordem e obrigariam as Forças Armadas a interferir "nos assuntos nacionais não-militares". A lei e a ordem devem ter sido preservadas com a decisão tomada pela Constituinte. O poder civil está tutelado.

Ricardo Noblat (Interino)

Militar preparava reação contra 4 anos

Villas-Bôas Corrêa

BRASÍLIA — Uma nota conjunta, assinada pelos três ministros militares e pelo chefe do Emfa, traduzindo a posição das Forças Armadas contrárias à realização, este ano, de eleições presidenciais diretas seria divulgada em cima de uma eventual decisão da Constituinte definindo-se pelo sistema presidencialista com quatro anos de mandato para o presidente José Sarney.

A resposta das Forças Armadas — e não mais dos ministros militares em pronunciamentos pessoais — estava articulada com as cautelas e sigilos de praxe e era do conhecimento do presidente Sarney, de alguns ministros e assessores diretos da Presidência.

Ela daria consequência às sucessivas advertências do ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, do ministro da Marinha, almirante Henrique Carlos Saboya, e do ministro da Aeronáutica, brigadeiro Moreira Lima, sempre formuladas em nome pessoal, sobre os riscos a que o país estaria exposto com as turbulências de uma campanha eleitoral este ano, em pleno processo de crise econômica, às vésperas de difíceis negociações internacionais para equacionar a dívida externa e com um governo impopular, enfrentando a frustração da sociedade com o malogro do Plano Cruzado e o ímpeto da inflação. Portanto, vulnerável à audácia de candidaturas minoritárias e prontas a empunhar as bandeiras de oposição.

Reviravolta — A informação vazou para algumas lideranças parlamentares. Devidamente selecionadas pelos critérios da confiança. E certamente que ajudou a compor o pano de fundo da reviravolta da Constituinte, saltando de uma nítida tendência crescente pelo parlamentarismo para a aprovação do presidencialismo pela diferença acachapante de 132 votos, com a totalidade dos 559 constituintes presentes, e, em complemento, o mandato presidencial de cinco anos.

As Forças Armadas não formalizariam o golpe clássico, com a dissolução do Congresso. Mas assumiriam a responsabilidade de uma palavra pública e que teria inevitáveis desdobramentos. A Constituinte estaria ante uma situação de fato. De veto formal a uma decisão de uma Assembléia soberana. Salta aos olhos a gravidade do confronto contornado pela inversão, operada em poucos dias, de uma inclinação que se vinha confirmando em todas as pesquisas, desde que a Constituinte se instalou.

O temor de um impasse que transbordasse para um desfecho traumático, com a interrupção do processo de transição, pesou profunda, decisivamente, no ânimo dos constituintes. Se não é possível medir a influência mais poderosa — se dos militares ou da máquina do governo, acionada a todo o vapor, com o peso federal dos ministros e o braço estadual dos governadores —, não há dúvida que os temores de uma ruptura institucional abriu caminho e amoleceu resistências, operando a conversão de muitos parlamentaristas ardentes e históricos que se bandearam para o presidencialismo, engrossando a enxurrada de votos que decidiu, na primeira votação e na rapidez da apuração computadorizada, a mais controversa e apaixonante questão política suscitada na Constituinte.

Difícil é saber usar a vitória

O ministro da Cultura, Celso Furtado, chegou a realizar consultas sobre a oportunidade de formalizar o seu pedido de demissão. Ele era um dos citados nas cobranças de lideranças mais assomadas, como líder do PFL, deputado José Lourenço. É evidente que a demissão de um dos ministros mais próximos do deputado Ulysses Guimarães provocaria a reação em cadeia dos demais.

O presidente Sarney foi desaconselhado a abrir uma segunda frente de luta, investindo contra a liderança abalada mas ainda poderosa do deputado Ulysses Guimarães. Sarney acolheu as ponderações, prestando que nunca esteve nas suas intenções acertar contas com ministros e menos ainda cortar os laços, hoje frouxos, que o ligam ao deputado Ulysses Guimarães.

O doutor Ulysses saiu derrotado pela divisão do PMDB, não porque tenha participado da articulação malograda dos parlamentaristas ou da redução do mandato presidencial para quatro anos.

Racha — O seu insucesso deve ser medido pela extensão da rachadura do PMDB, que partiu ao meio, virtualmente anulando-se na mais dramática decisão política da Constituinte. A legenda em pandarecos, com uma fatia da bancada gravitando em torno de lideranças que vêm colecionando derrotas, como os senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso e outra, majoritária, que joga com o governo, fiel ao comando de governadores, atesta que o doutor Ulysses não logrou êxito no seu obstinado esforço para manter a unidade do PMDB, ainda que à custa de omissões e de expedientes, com a sistemática fuga aos compromissos e a tomada de posição.

Nos círculos do presidente, muitos sustentam que o doutor Ulysses pode ser ainda o "aliado em futuras vitórias". Como na próxima escaramuça para definir o mandato do presidente Sarney, quando da votação das Disposições Transitórias.

Reforma ministerial, ao menos por ora, é carta descartada do baralho das probabilidades.

Sarney não cometerá a imprudência de bulir no vespertino antes da definição do seu mandato e da promulgação da futura Constituição. (V.B.C.)

Governadores sabiam que havia ameaça

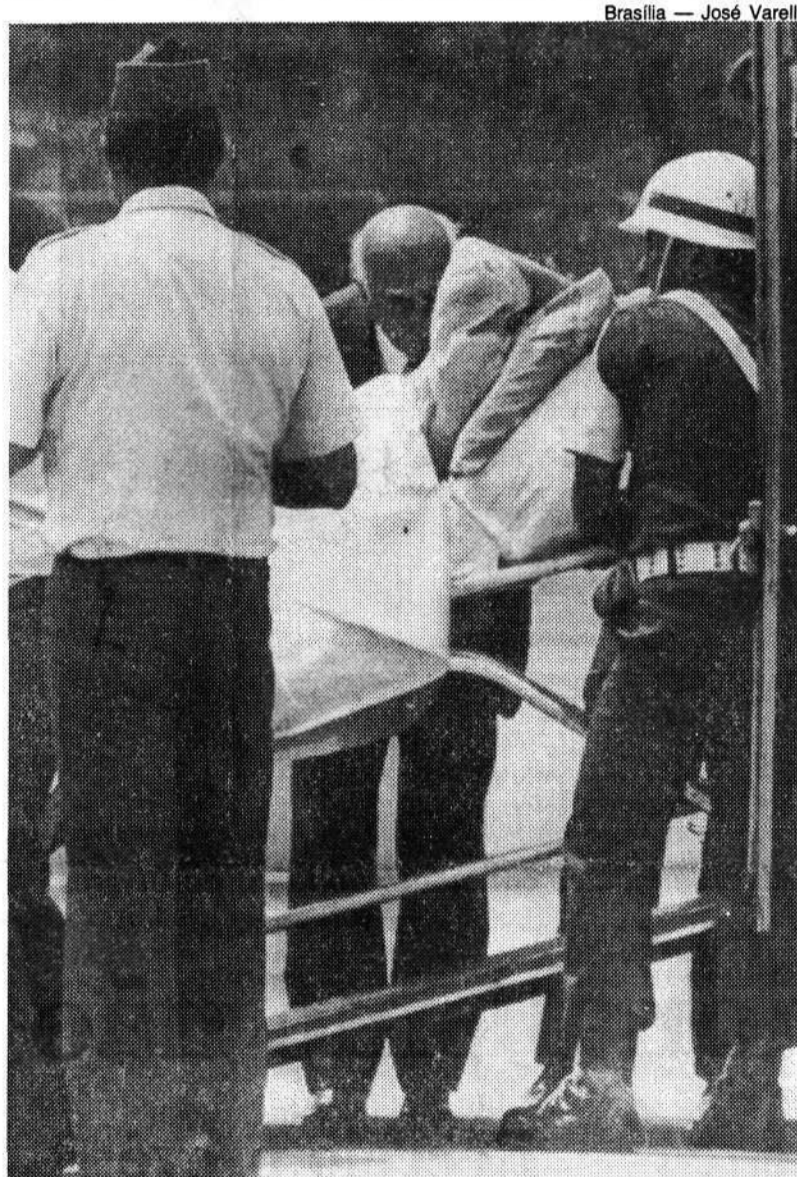
Nos dez dias que antecederam a aprovação do presidencialismo e do mandato de cinco anos para os futuros presidentes, a movimentação do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, indicava que algo de anormal estava acontecendo. Em frequentes encontros, principalmente com os ministros que lhe são mais ligados e com governadores, ele discutiu o que fazer para garantir que as decisões da Constituinte fossem acatadas. Ao sair de um deles, no dia 13, na casa de Ulysses, o governador do Rio, Moreira Franco, chegou a usar com assessores a expressão "custe o que custar" ao se referir à necessidade de garantir os resultados da Constituinte.

Uma semana depois, no dia 20, a mesma preocupação levou Ulysses a pegar jatinho da FAB para jantar no Rio com o empresário Roberto Marinho, presidente das Organizações Globo. Marinho, além de dono do maior império de comunicação do país, é interlocutor assíduo do presidente Sarney e do ministro do Exército, general

Leônidas Pires Gonçalves. Assim, Ulysses foi a ele pedir empenho no sentido de neutralizar esperadas reações à hipótese de vitória do parlamentarismo ou à dos quatro anos de mandato para Sarney, com parlamentarismo ou com presidencialismo. A conversa começou mal. Roberto Marinho manifestou desagrado com uma série de decisões da Constituinte, principalmente no campo trabalhista. Citou, por exemplo, a aprovação da jornada de seis horas de trabalho.

O clima foi se desanuvando ao longo da conversa, até que, quase no final, Ulysses assumiu tom grave e falou que, se não havia uma possibilidade real de golpe, pelo menos havia uma multiplicação de "recados" nesse sentido, inclusive da área militar. Os dois concordaram, então, em reagir contra qualquer movimento para bloquear ou questionar a legitimidade da Constituinte.

No dia seguinte, o jornal O Estado de S. Paulo publicou que o chefe do Centro de Comunicação Social do Exército, general Olavo Guimarães, afirmara que eleições diretas para presidente em 1988 estariam fatalmente ligadas à perturbação da lei e da ordem; assim sendo, não restaria ao Exército e às Forças Armadas outro caminho que o da interferência nos assuntos nacionais não militares.



Ulysses beija D. Mora no embarque, em Brasília

Sarney e Ulysses evitam política no reencontro

BRASÍLIA — O primeiro encontro entre o presidente Sarney e o deputado Ulysses Guimarães depois da decisão do regime de governo e o mandato presidencial aconteceu de manhã na Base Aérea de Brasília. O presidente da República esperou uma hora pela chegada de D. Mora, mulher de Ulysses, a quem foi levar sua solidariedade. D. Mora viajou para São Paulo no avião presidencial para tratar de uma fratura na perna, consequência de uma queda que sofreu na noite de terça-feira. Ela será operada hoje de manhã no Hospital Sírio e Libanês, para colocação de três ligações metálicas no fêmur esquerdo.

Sarney e Ulysses não falaram de política durante o rápido encontro. Na conversa com os jornalistas, Ulysses e o ministro Ronaldo Costa Couto, que também foi à Base Aérea, foram cautelosos nos comentários sobre o futuro do PMDB e do governo.

O ministro Costa Couto, chefe da Casa Civil, disse que agora o presidente Sarney tem mais espaço e mais liberdade para governar e "adotar as medidas que a economia precisa, mesmo que sejam medidas amargas". A respeito de uma possível reforma ministerial, Costa Couto disse que isso é de competência do presidente da República e declarou que o momento é de análise e de reflexão. A nova base de sustentação do governo, acrescentou, "ecloidiu com o resultado da votação de segunda-feira".

"O momento agora é de refletir sobre caminhos, medidas, como agir para melhorar este país", disse ainda. "As medidas econômicas ainda estão sob exame. A ordem do presidente é dar panca da no déficit público. Temos que reduzi-

lo drasticamente, para reduzir a inflação. Essa avaliação tem que ser feita em conjunto. Governo sério tem que ter coragem de tomar medidas.

O deputado Ulysses Guimarães disse que oportunamente terá um encontro com o presidente Sarney mas não quis comentar as consequências da votação de segunda-feira para o PMDB. O presidente do partido e da Constituinte disse que o fundamental, agora, é terminar o trabalho da Constituinte, "juntar esforços para mudar as estruturas que têm prejudicado milhões de brasileiros". Ulysses declarou que não acredita que o senador Fernando Henrique Cardoso abandone o PMDB. "Se depender de mim, ele não sairá" disse o deputado.

D. Mora, de 62 anos, fraturou o fêmur ao escorregar nos ladrilhos da residência oficial da Presidência da Câmara por volta das 22h de terça-feira, logo após chegar do Congresso, onde acompanhara as votações da Constituinte. Ela foi levada às pressas para o Hospital Sarah Kubitschek, onde passou a noite.

Fraturar o fêmur significa quebrar a parte mais fina do osso, que faz a ligação entre o joelho e a bacia. De acordo com o ortopedista José Dib, da Clínica Ortopédica do Brooklin, em São Paulo, a fratura do colo do fêmur é invariavelmente causada por uma queda em que o osso tenha de suportar todo o peso do corpo. É mais comum nas pessoas idosas, com mais de 40 anos, devido à descalcificação, a gradativa perda de cálcio — elemento responsável pela resistência óssea — que ocorre com a idade. O tratamento dura aproximadamente três meses.

Presidente adverte Fernando César por defender demissões

BRASÍLIA — O governador nomeado de Fernando de Noronha, Fernando César Mesquita, foi repreendido ontem de manhã pelo presidente Sarney por ter defendido em Brasília, logo após a vitória do presidencialismo com cinco anos de mandato, alterações na composição do ministério, insinuando a demissão dos chamados *ulyssistas* — Celso Furtado (Cultura), Luiz Henrique (Ciência e Tecnologia) e Renato Archer (Providência Social). Mesquita, em consequência, ligou pessoalmente para cada um dos possíveis alvos de sua especulação e negou que aquela fosse a intenção do Palácio do Planalto.

Sem levar em conta as declarações do interventor de Fernando de Noronha, os três ministros almoçaram ontem com o deputado Ulysses Guimarães e decidiram não tomar qualquer iniciativa no sentido de deixar seus cargos, para não estimular a radicalização política no PMDB. Archer, Furtado e Luiz Henrique concordaram com Ulysses na análise de que, não tendo havido qualquer gesto do presidente Sarney, não lhes caberia precipitar os fatos.

Segundo um assessor de Ulysses Guimarães, os esclarecimentos de Fernando César Mesquita, ex-porta-voz do Planalto, concentraram-se em retificar as declarações que lhe foram atribuídas pelo jornal *Folha de S. Paulo* na edição de ontem, e frisar que o presidente Sarney considerava valiosa a contribuição que cada um dos ministros citados prestava ao seu governo.

Borges acha inevitável reforma do ministério

Com ar de vitorioso e apontado como responsável pela mudança, no último momento, de votos de parlamentaristas confesos, decisivos para a aprovação do presidencialismo, o ministro da Saúde, Borges da Silveira, acha que, com o atual quadro político, a reforma ministerial tornou-se inevitável. "O presidente Sarney, hoje, não tem mais nenhum compromisso com as cúpulas do PMDB e do PFL. Ele agora tem o comando do país. Todos os ministros terão que estar sob o comando dele e não sob o comando de outras lideranças partidárias" — afirmou.

Para substituir alguns ministros, o presidente Sarney, segundo o ministro da Saúde, teria que estabelecer dois critérios básicos — competência e apoio político. "Se meu auxiliar está contra mim, vou procurar alguém competente para substituí-lo. Os ministros têm que jogar do lado do presidente, não contra ele. Se o presidente Sarney tivesse levado em consideração esses dois critérios de substituição, a situação hoje seria outra" — observou.

Na opinião de Borges da Silveira, a vitória do presidencialismo e do mandato de cinco anos para os próximos presidentes deixa o presidente Sarney mais à vontade para adotar medidas de contenção das despesas públicas. "O governo agora vai poder fechar órgãos, diminuir o número de funcionários do setor público, parar ou adiar obras" — afirmou o ministro, sem entrar em detalhes sobre o novo pacote econômico em preparo no Ministério da Fazenda.

Indagado se a construção da Ferrovia Norte-Sul também deveria ser paralisada, ele respondeu: "Estamos em economia de guerra. O ritmo da obra pode ser diminuído".

Borges da Silveira acredita que nos próximos meses surgirá um novo partido, o PDL — Partido Democrático Liberal — resultado da cisão inevitável, segundo ele, do PMDB. "O PMDB não em condições de continuar como está. Não vai ter unidade alguma. O melhor para o partido é sua extinção, que consequentemente permitiria a criação de outros partidos. Cada pemedebista iria para o partido com que mais se identificasse. Por incrível que pareça, o doutor Ulysses é o único que fica com um pé de cada lado, comandando o PMDB" — concluiu.

CNI calcula prejuízos e vai lutar por revisão nos direitos sociais

BRASÍLIA — A Confederação Nacional da Indústria (CNI) está contabilizando os prejuízos causados pela Constituinte, e promete lutar para alterar, com o apoio do empresariado, alguns dispositivos aprovados em plenário no capítulo dos direitos sociais. Segundo estudo realizado com 150 empresas do Rio, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, as chamadas conquistas trabalhistas terão um impacto imediato de 28,49% sobre os custos de produção. A médio prazo, essa incidência chegará a 40%.

"A Constituinte tem ignorado a realidade do mercado brasileiro, votando emocionalmente questões econômicas que não podem ser resolvidas por leis", justifica o senador Albano Franco (PMDB-SE) e presidente da CNI. Ontem de manhã, depois de reunir 20 presidentes de federações, mais Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado, e o deputado Ricardo Fiuza (PFL-PE), do *Centra* Albano Franco falou das pretensões dos empresários: "Queremos acabar com a jornada de seis horas — o turno de revezamento para empresas que trabalham 24 horas ininterruptas — e alterar o prazo para reclamações trabalhistas".

Prejuízos — O estudo da CNI que detalha dispositivo por dispositivo do capítulo dos Direitos Sociais da nova Constituição, calculando quanto cada um deles vai incidir sobre os custos das empresas, mostra que o turno de revezamento aumentará a folha de pessoal em 4,73%, e a extensão do prazo para reclamações trabalhistas de dois anos (prazo atual) para cinco, em 1,68%. Prejuízos ainda maiores, por suas peculiaridades, afetarão os setores siderúrgico, de papel e celulose, da construção civil, calçados, têxtil e a agroindústria.

"Só a alteração desses dois itens já nos satisfaria, mas eu acredito ainda que caia a licença-paternidade" informa Albano Franco. Ele imagina inclusive que na segunda votação do plenário será possível incluir no dispositivo que prevê direito de greve as palavras *na forma da lei* "Isso nos ajudará a estabelecer critérios mais razoáveis em lei complementar", explica o presidente da CNI.

"Do jeito que está hoje não é direito de greve, é liberdade de greve", emenda Ricardo Fiuza. "Essas conquistas não deverão ser alteradas", discorda o senador Fernando Henrique Cardoso. Prometeu porém, aos empresários reunidos na CNI, que vai analisar o estudo divulgado e consultar a bancada. De qualquer maneira, adiantou, qualquer alteração só será possível com emendas supressivas e a exigência de 280 votos.